



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 10ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº **0081175-18.2019.8.17.2001**

AUTOR: ANDRE FELIPE DOS SANTOS

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

DESPACHO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documento de residência em seu nome, uma vez que o que fora acostado encontra-se em nome de terceiro, bem como para juntar documento em que conste a razão para o indeferimento da indenização securitária na via administrativa, isso porque o documento acostado ao processo (id. 54430959) não indica o motivo do indeferimento, apenas pede que a parte autora apresente novos documentos, a fim de que seja apreciado o pedido de indenização, sob pena de indeferimento da inicial, isso porque, se a parte requerente não atende as exigências administrativas para receber o seguro, o Judiciário não pode cancelar irregularidade documental.

Intime-se.

Recife, 25/11/2019.

Sebastião de Siqueira Souza

Juiz de Direito

RECIFE, 25 de novembro de 2019



Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0081175-18.2019.8.17.2001
AUTOR: ANDRE FELIPE DOS SANTOS

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica a parte autora intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 54474145, conforme segue transcrito abaixo:

DESPACHO: " Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documento de residência em seu nome, uma vez que o que fora acostado encontra-se em nome de terceiro, bem como para juntar documento em que conste a razão para o indeferimento da indenização securitária na via administrativa, isso porque o documento acostado ao processo (id. 54430959) não indica o motivo do indeferimento, apenas pede que a parte autora apresente novos documentos, a fim de que seja apreciado o pedido de indenização, sob pena de indeferimento da inicial, isso porque, se a parte requerente não atende as exigências administrativas para receber o seguro, o Judiciário não pode cancelar irregularidade documental. Intime-se. Recife, 25/11/2019. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito "

RECIFE, 11 de dezembro de 2019.

LARISSA NOGUEIRA BESSA
Diretoria Cível do 1º Grau



JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO (ANEXO)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE – PE.**

**PROCESSO Nº: 0081175-18.2019.8.17.2001
SEÇÃO B**

ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, movida contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A E TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, também já qualificadas, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO**, expor e ao final requerer:

Conforme despacho proferido nos autos (ID> xx), a parte Autora foi intimada para apresentar comprovante de residência em, seu nome.

Ocorre que, a parte Autora por não ter comprovante de residência em seu nome, anexou aos autos a declaração de residência bem como a declaração de residência, assim como permite a Lei 7.115/83.

Com relação à exigência no despacho para a parte Autora juntar documento em que conste a razão para o indeferimento da indenização securitária na via administrativa, isso porque o documento acostado ao processo (id. 54430959) não indica o motivo do indeferimento.

Ocorre que a parte Autora ingressou na via administrativa e não teve seu pedido administrativo deferido, pois foi informada que o mesmo deveria apresentar a documentação que já foi apresentada, inclusive documentação esta que já está anexada aos autos junto com a petição inicial para comprovar que o pedido administrativo foi indeferido simplesmente devido a seguradora exigir documentação que já foi apresentada e que não pode ser alterada ou emitida pelo Autor, uma vez que são documentos hospitalares.

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



0081175-18.2019.8.17.2001 - Processo Judicial Eletrônico 1º Grau - TJPE - Google Chrome

pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaProcesso/Detail/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=2768375&bca=537d3aa97c6694675e960f64cb8777a9d49be63dfdbaed0d769ebca1ef4f3575b9ca208e255ed8c8...

ProOrd 0081175-18.2019.8.17.2001

ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS X SEGURADORA LÍDER DOS CONGÊNICOS DO SEGURO

54430959 - Outros (Documento) (11. PEDIDO ADMINISTRATIVO INDEFERIDO (ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS))

Junta por RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI - POLO ATIVO - ADVOGADO em 23/11/2019 07:27:50

12 de 19

Seguro DPVAT: 3190621437 **Vítima: ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS**

Data do Acidente: 12/09/2019 **Cobertura: INVALIDEZ**

Procurador: RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Documentação médico-hospitalar	Apresentar a cópia simples dos documentos médicos de todo tratamento realizado entre a data do acidente e a data da identificação da seqüela permanente, com a identificação da vítima e do médico responsável, com data, assinatura e CRM legíveis, pois não foram entregues.
---------------------------------------	--

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Pág. 018/1701918 - carta_03 - INVALIDEZ

Desta forma vem a parte Autora atender ao despacho proferido nos autos e requerer o devido andamento processual.

Recife, 19 de janeiro de 2020.

RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI
OAB-PE 31915

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039
E-mail: renatomalheiros@outlook.com



DESPACHO

Recebo o aditamento da inicial.

Concedo os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do disposto nos termos do artigo 98 do CPC, haja vista declaração contida nos autos.

Deixo de designar audiência de conciliação e/ou mediação, insculpida no art. 334 do NCPC, tendo em vista que em casos como o presente, a experiência forense demonstra que a possibilidade de conciliação só se faz presente após a realização de perícia médica a fim de constatar o grau de lesão do requerente.

Cite-se a parte ré, por carta com aviso de recebimento (art. 246, I, CPC) para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Da correspondência de citação deverá constar a advertência de que não sendo contestada a ação, serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora.

Cumpra-se.

Recife-PE, 22/01/2020

Sebastião de Siqueira Souza

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0081175-18.2019.8.17.2001
AUTOR: ANDRE FELIPE DOS SANTOS

RÉU: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO - Parte Autora

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 56731641, conforme segue transcrito abaixo:

DESPACHO: " Recebo o aditamento da inicial. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do disposto nos termos do artigo 98 do CPC, haja vista declaração contida nos autos. Deixo de designar audiência de conciliação e/ou mediação, insculpida no art. 334 do NCPC, tendo em vista que em casos como o presente, a experiência forense demonstra que a possibilidade de conciliação só se faz presente após a realização de perícia médica a fim de constatar o grau de lesão do requerente. Cite-se a parte ré, por carta com aviso de recebimento (art. 246, I, CPC) para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Da correspondência de citação deverá constar a advertência de que não sendo contestada a ação, serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora. Cumpra-se. Recife-PE, 22/01/2020 Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito "

RECIFE, 23 de janeiro de 2020.

LARISSA NOGUEIRA BESSA
Diretoria Cível do 1º Grau



JUNTADA DE PETIÇÃO TOMANDO CIÊNCIA DE INTIMAÇÃO (ANEXO)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE – PE.**

**PROCESSO Nº: 0081175-18.2019.8.17.2001
Seção B**

ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, movida contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A**, também já qualificadas, vem a presença de Vossa Excelência informar que tomou ciência da intimação proferida nos autos conforme ID. 56869233.

Recife, 26 de janeiro de 2020.

**RENATO CÉSAR MALHEIROS CAVALCANTI
OAB-PE 31915**

Av. Bernardo Vieira de Melo, 1551 – SI 01 – Piedade
Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54410-010 - Fone: (81) 3204.4039
E-mail: renatomalheiros@outlook.com

